

PRIMEIRA DECLARAÇÃO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE _____

DECLARANTE: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

ASSUNTO: Declaração inicial para fins legais

I – DOS FATOS

1. Eu, _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à _____, declaro para os devidos fins que:

2. [Descrever detalhadamente os fatos que originam a declaração, narrando-os em ordem cronológica, de forma clara e objetiva, sem omitir informações relevantes.]

II – DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

3. Declaro ainda que as informações aqui prestadas são verdadeiras e correspondem à realidade dos fatos, estando ciente das sanções penais em caso de falsidade ideológica ou documental.

4. Caso haja necessidade de complementação ou retificação desta declaração, comprometo-me a informar imediatamente a este juízo.

III – DO DIREITO

5. A presente declaração é firmada com fundamento nos artigos 186, 187 e 422 do Código Civil

Brasileiro, bem como nas disposições legais aplicáveis, para que produza seus efeitos jurídicos.

IV – DOS PEDIDOS

6. Diante do exposto, requer-se:

- a) Que esta declaração seja juntada aos autos do processo nº _____, para que produza seus efeitos legais;
- b) Que seja intimado(a) o(a) interessado(a) para ciência e manifestação, se necessário;
- c) A concessão de quaisquer outras medidas que Vossa Excelência entender cabíveis e necessárias.

Nestes termos,

Pede deferimento.

_____, _____
Local e data

Declarante

Advogado(a)
OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://documentos-lex.com/primeiras-declaracoes/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-lex.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.